

Realizado na Cidade do México, fórum reuniu representantes internacionais no IV Diálogos de Alto Nível: Seguridade Social sob a Visão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Investir em ativos que gerem retorno financeiro, mas que também garantam a sustentabilidade econômica e ambiental é um dos pilares estratégicos difundidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), como forma de agregar valor aos fundos de pensão e ao próprio sistema previdenciário fechado. Experiência que foi compartilhada pelo Brasil, na terça-feira (25/3), com as cinco sub-regiões que compõem a Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS), durante o fórum IV Diálogos de Alto Nível: Seguridade Social sob a Visão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O encontro que reuniu, em formato híbrido (presencial e on-line), representantes da América Central, Andina, Cone Sul, América do Norte e Caribe de língua inglesa, bem como do México e Caribe Latino; teve como objetivo a promoção de discussões interdisciplinares e o intercâmbio de boas práticas entre especialistas de diversos setores dos sistemas de seguridade social do hemisfério americano.

Para Claudemiro Correia Quintal, coordenador-geral de Normas de Investimentos na PREVIC e representante da autarquia no evento, “as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) ocupam uma posição central na transição para a economia verde. Isso porque os fundos são protagonistas na captação de recursos a longo prazo. Então, quando se fala em aposentadoria, a qualidade de vida dessa população deve ocupar o foco nas diretrizes de investimentos”.

ASG e Taxonomia verde

A taxonomia verde é um sistema de classificação que estabelece critérios para definir quais atividades econômicas podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis. Agregada a critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), ela possibilita que empresas e governos tomem decisões financeiras e políticas que contribuam para a redução de danos ambientais, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

No Brasil, segundo Claudemiro, esse conceito de responsabilidade socioambiental começou a ser difundido às EFPC em 2009. De lá para cá, um longo caminho tem sido percorrido. Inclusive com a introdução da observância de aspectos ASG na regulação e análise de riscos dos fundos de pensão. “A PREVIC tem demonstrado um olhar atento a essa questão. Em 2019, a autarquia publicou o [**Guia PREVIC de Melhores Práticas de Investimento**](#), com recomendações ASG para as EFPC. E, este ano, estamos estudando novas propostas de regulação que atendam a esses critérios. Para isso, estamos buscando junto aos fundos uma maior transparência sobre esses impactos e como eles acabam afetando a entidade”, explicou.

Desafios e oportunidades

Claudemiro destacou que a falta de padronização de um modelo ASG, a necessidade de aperfeiçoamento regulatório e o desafio entre sustentabilidade e rentabilidade na carteira de investimentos ainda são os maiores entraves encontrados pelos fundos de pensão no país.

Por outro lado, ele falou que a adoção de práticas sustentáveis, que considerem tanto aspectos ambientais, como sociais e de governança, podem transformar positivamente o atual cenário econômico, no campo da previdência complementar fechada. “As oportunidades são muitas. A adoção de práticas sustentáveis gera valor agregado às EFPC, que passam a ter menos riscos financeiros e reputacionais. Contando com maior previsibilidade no impacto dos investimentos a longo prazo. E permitindo um alinhamento com tendências globais, que geram um aumento na atratividade dos fundos tanto para patrocinadores, como para participantes”, concluiu.

Fonte: Previc, em 27.03.2025.